



REFLEXÃO ALARGADA ...



A realidade da exploração económica de crianças em Portugal

Guimarães, 6 de Junho de 2016

A realidade da exploração económica de crianças em Portugal - síntese

A CNASTI esteve reunida no dia 2 de Abril de 2016, no Porto, para que cada um dos seus associados apresentasse uma abordagem ao tema, com a informação que dispõe, pelo trabalho e conhecimento que tem, sobre a realidade do trabalho Infantil hoje.

Esta iniciativa teve com objectivos:

- Aprofundar a realidade e desenvolver o nosso conhecimento ao nível do Trabalho Infantil e outras formas de exploração;
- A denúncia de todas as formas de exploração do trabalho de crianças;
- Atenção permanente às situações de pobreza infantil em Portugal;
- Atenção ao insucesso e abandono escolar, uma vez que, apesar de se ter vindo a reduzir a taxa de insucesso e abandono, com a obrigatoriedade de completar o 12.º, há um risco maior dos números negativos virem a subir.

Numa primeira apresentação, sobressaem dois aspetos; há trabalho infantil no meio rural nalgumas zonas do país, sobretudo com crianças imigrantes e sobressiste a mentalidade de que o trabalho não faz mal a ninguém e às crianças também não.

Por outro lado, há um aspeto positivo, que é o facto de as escolas ocuparem muito tempo às crianças e assim não sobra tempo para irem para o campo, as que estão nas escolas ...

Uma nova realidade onde existe exploração de crianças e jovens é na organização de grandes espectáculos, onde estes trabalham como voluntários mas os organizadores que os promovem têm grandes lucros.

O Trabalho Infantil existe mas é muito mais camuflado, o abandono escolar está nos 17 % e estas crianças ou entram no mercado de trabalho ou estão a desenvolver atividades ligadas à pequena criminalidade ou outras situações ilícitas.

Tráfico de Crianças, Tráfico de estupefacientes, Trabalho no Domicilio, Trabalho infantil artístico

Chamamos a atenção para o contraditório que existe na legislação portuguesa, que obriga os jovens a frequentarem a escola até aos 18 anos e ao mesmo tempo permite que entrem no mercado normal de trabalho aos 16 anos.

Com os índices de pobreza a subirem e as famílias com rendimentos muito baixos, as crianças ficam muito mais disponíveis e susceptíveis de procurar fontes de rendimento para elas e para as suas famílias.

Verificamos ainda uma menor acção inspetiva das organizações com esse objetivo, por falta de meios e por haver uma certa insensibilidade para estes problemas.

Continuamos a verificar o uso de menores em trabalhos sazonais e/ou domiciliários, nomeadamente as minorias étnicas e as famílias de poucos recursos financeiros.

Ao mesmo tempo, assistimos a baixos rendimentos escolares e muito absentismo.

Foi ainda muito debatida a formação dual do ensino, em contexto de empresa, que obriga a que muito cedo as crianças façam a escolha pelo ensino profissionalizante.

O facto de muitas crianças serem oriundas de contextos sócio económicos desfavorecidos, não lhes dá muitas oportunidades de escolha, são naturalmente encaminhados pela via profissionalizante.

O processo educativo não corre bem, o absentismo escolar é escondido, porque implica trabalho – deveria ser denunciado à CPCJ e não está a ser e assim a CPCJ fica fora deste problema.

Para além disto, o sistema dual implica trabalho efetivo nas empresas e ninguém sabe o que se lá passa. Não existe barreira para o que é formação e quando passa a ser exploração. Uma criança que viva dificuldades em casa pode sentir-se atraída por este mundo quando se sente capaz de dar a produção pedida, daí o alto nível de abandono...

Crianças Infelizes na escola. Portugal está na cauda da Europa no que diz respeito à felicidade que a escola lhes proporciona.

O aumento brutal da pobreza, sobretudo a pobreza infantil, faz com as crianças sejam as mais afetadas e leva a que muitas famílias fiquem numa situação tão vulnerável, que aceitem qualquer trabalho para poder subsistir, verificando-se um aumento de trabalho no domicílio, que é ainda mais mal pago do que há 10 anos atrás.

O facto de as famílias viverem em situação de pobreza mesmo trabalhando, devido aos baixos salários, também contribui para que as crianças que consigam algum trabalho, não hesitem em aceitar, para poderem ajudar os pais ou então para comprar os objetos tão desejados, mas que os pais não lhes podem comprar.

A ACT faz menos trabalho inspetivo, naturalmente encontra menos infrações ou não as encontra.

No entanto elas vão continuando, as comunidades ciganas continuam com as suas atividades informais, feiras e recolha e venda de sucata e nestas atividades são acompanhados pelos filhos.

A Historia diz-nos que foi grande o trabalho feito pela CNASTI, mas é fundamental que não haja espaço para retrocessos.

Na educação, os cortes têm sido brutais e a única forma de quebrar o ciclo de pobreza perdeu muita da sua eficácia. O preço que estamos a pagar pelos cortes na educação são enormes...

Queremos ver a CPCJ com poderes e meios para actuar verdadeiramente na defesa das crianças, mas isso não é compatível com os despedimentos de profissionais com largos anos de experiência de trabalho com este público-alvo, para dar trabalho a jovens sem experiência nenhuma, trabalhar com crianças destes meios não se aprende nas universidades é na vida!

- Exigimos o fim de todas as formas de exploração do trabalho de crianças;
- Exigimos atenção permanente às situações de pobreza infantil em Portugal e sua resolução.
- Exigimos uma legislação para o trabalho infantil artístico que defenda os interesses da criança e não regule apenas um contrato laboral.
- Exigimos o fim de todas as piores formas de trabalho infantil em Portugal.
- Que não seja possível dar-se uma notícia sobre tráfico de crianças sem que as autoridades competentes justifiquem o que fazem, fizeram e vão fazer para encontrar essas crianças.
- Queremos ter conhecimento sobre a integração das crianças refugiadas;
- Queremos que a convenção dos “ Direitos das Crianças” seja posta em prática, uma vez que está ratificada é obrigação de todos nós.
- Queremos que haja atenção ao insucesso e abandono escolar, uma vez que, apesar de se ter vindo a reduzir a taxa de insucesso e abandono, com a obrigatoriedade de completar o 12.º, há um risco maior dos números negativos virem a subir;
- Verificar como é que a legislação laboral, que permite que as crianças trabalhem a partir dos 16 anos, se enquadra na lei que obriga as crianças a estudarem até aos 18 anos e propor possíveis alterações;
- Queremos saber exatamente do se fala quando falamos do trabalho infantil em Portugal, pelo que é fundamental um estudo científico que nos dê a verdadeira dimensão do problema.
- Aprofundar a realidade e desenvolver o nosso conhecimento ao nível do Trabalho Infantil e outras formas de exploração;
- Queremos que a criação de um observatório da Criança com a participação (ONGs e Organismos públicos) que vise a proteção da criança.
- Exigimos que a Constituição Portuguesa seja integralmente respeitada no que às crianças diz respeito.